

# Preto, gay e do Norte: ações afirmativas na pele

DOI

[http://dx.doi.org/10.11606/  
2179-0892.ra.2017.132065](http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2017.132065)

## Anderson Lucas da Costa Pereira

🏠 *Museu Nacional/UFRJ | Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

✉ *andersonlucas219@yahoo.com.br*

---

### RESUMO

Partindo de um convite para falar do ponto de vista de um aluno a respeito da política de ação afirmativa para ingresso em um dos mais importantes programas de pós-graduação do país, ofereço uma reflexão sobre as causas que levaram à necessidade dessa política: o racismo e as suas muitas e dissimuladas variantes em um país só constitucionalmente democrático e igualitário. Para tanto, apresento várias situações de minha história pessoal desde antes da graduação até hoje, articulando essas experiências com alguns dos principais argumentos contrários e favoráveis às políticas de acesso à pós-graduação que começam a ser implementadas no Brasil.

---

### PALAVRAS-CHAVE

Ações afirmativas, Racismo, Pós-graduação, Grupos afro-brasileiros, Antropologia social.

Início este texto<sup>1</sup> pedindo desculpas aos movimentos sociais e às pessoas que de modo geral estão engajadas na linha de frente das questões aqui tratadas. Justamente pelo fato de se tratar de um assunto tão sério e profundo, talvez o estilo de narrativa aqui escolhido corra o risco de parecer prolixo demais, ou deixe de empregar a linguagem política adequada. Mas acredito que no decorrer do artigo trago a justificava dessas escolhas.

Registro também aqui meu agradecimento ao PPGAS/MN e aos organizadores do evento que levou à escrita deste texto, aos colegas da mesa na qual pude apresentá-lo, professor Marcio Goldman e Gabriel Banaggia, bem como, tomando de empréstimo um termo utilizado pelos amigos indígenas, saúdo a “parente” Nelly Duarte. No caso, o termo me parece especialmente apropriado, já que – apesar das particularidades de cada um –, acabamos sendo “parentes” no processo sobre o qual escrevo, precisamente por termos sido ambos “optantes” na seleção de ingresso no mestrado. A preparação de minha fala, e em seguida deste artigo, causou-me certo embrulho no estômago e desconforto, por tratar de um tema que muito me machuca, dói e entristece, mas que ao mesmo tempo me encorajou a participar do evento em questão. Não me refiro ao tema que Nelly e eu desenvolvemos no seminário, o “acesso afirmativo no PPGAS/Museu Nacional do ponto de vista dos optantes”, mas sim às causas que levaram à necessidade dessa política: o *racismo* e as suas muitas e dissimuladas variantes em um país só constitucionalmente democrático e igualitário.

Antes de abordar minha experiência enquanto aluno “optante” de mestrado do Museu Nacional, preciso trazer um pouco de minha história. Em 1997 concluí o Ensino Fundamental, realizado inteiramente em uma escola municipal, localizada no bairro da Marambaia, na periferia de Belém. Terminado esse primeiro momento de estudos, minha mãe e eu fomos à procura de outra escola que oferecesse o Ensino Médio. Como a escassez de vagas nesse ano já era bastante acentuada, várias vezes tivemos que enfrentar longas filas durante madrugadas, na maioria das vezes sem êxito, na tentativa de conseguir uma vaga. Em Belém existia uma escola estadual que era o sonho de todo aluno de escola pública, mas para conseguir uma vaga nessa escola era preciso ser parente da diretora ou de algum professor ligado à instituição, ou fazer uma prova chamada de “nivelamento conceitual” que todos na época chamávamos de “vestibulinho”.

Essa seleção envolvia se inscrever informando seus dados pessoais, pagar uma taxa justificada pelos custos da aplicação da prova, e atingir uma nota mínima de 75 pontos para ser considerado aprovado, mas não necessariamente classificado, pois o número de vagas era limitado. Pensava eu naquela época: “como eu queria ser parente da diretora”. O conteúdo da prova abrangia

**1** Este texto surgiu com base numa fala, originalmente chamada “Acesso afirmativo no PPGAS/Museu Nacional do ponto de vista dos optantes” proferida na mesa “Universidade e ações afirmativas”, parte do seminário Universidade, inclusão social e luta contra a desigualdade: contribuições da antropologia do PPGAS/MN, realizado no Colégio Brasileiro de Altos Estudos nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2015.

todas as disciplinas que constavam nas diretrizes curriculares da Secretaria de Educação do Estado do Pará, um currículo exemplar que ia de estudos de Política Nacional Brasileira (PNB) até inglês ou francês. A disciplina PNB eu cheguei a cursar – nela tínhamos que decorar todos os nomes dos presidentes do Brasil –, mas aula de inglês nunca tive, francês tampouco. O interessante é que essas disciplinas constavam na grade de aulas da escola e tínhamos horários reservados para elas, mas só os horários: nunca vimos os professores. Por conta disso, aproveitávamos os intervalos para jogar bola, ou pular o muro da escola para ter acesso a um terreno baldio para jogar pedra em uma mangueira – pedras que na maioria das vezes caíam na casa da vizinha, o que nos levou a sermos várias vezes punidos com a suspensão de um dia de aula. Por mais que muitos de meus colegas gostassem da punição, esse não era meu caso, já que meus pais eram severos. Nunca apanhei deles, mas ouvia constantemente: “Menino, tu tem que estudar pra virar gente! Tu sabes que teu pai não tem dinheiro, estuda! Ou tu queres ficar igual ao filho da vizinha, quase perde a perna pulando muro dos outros para mexer no que não deve? Presta atenção na tua vida, Anderson...”.

Eu consegui a nota necessária no “vestibulinho” e entrei na escola pública mais cobiçada da cidade. Meus pais ficaram tão felizes que, para comemorar, fizeram até uma maniçoba, prato típico paraense feito das folhas da mandioca, cozido por mais de sete dias para eliminar suas substâncias venenosas, e que leva também os mesmos ingredientes da feijoada, sendo apreciado pelas famílias da região em dias especiais. Em 1999 terminei o Ensino Médio e era a hora do “grande vestibular” para tentar conseguir uma vaga numa universidade pública. Sonho dos meus pais: ter um filho advogado. Nesse mesmo ano fiz a prova do vestibular e não passei sequer na primeira etapa de um total de cinco fases à época, se não me falha a memória. Minha mãe, me vendo triste, falou: “Meu filho, não fica triste! Vestibular tem todo ano, mamãe tá aqui, tá bom?”. Meu pai me olhou, tentou falar alguma coisa, mas também não era necessário: o silêncio e o seus olhos segurando as lágrimas já diziam muito. Apenas me abraçou.

Vestibular realmente tinha todo ano. 2000, 2001, 2002 passaram e nada de eu entrar na universidade. Nos comerciais das televisões locais sempre ofereciam o caminho mais fácil para entrar na universidade: “Faça um cursinho! Aqui, sim, nascem as verdadeiras feras do vestibular!”, dizia o anúncio acompanhado da logomarca do cursinho que mais aprovava na cidade. Meu pai me perguntou: “Filho, tu quer fazer um cursinho?” Eu pensei e respondi: “Bora lá ver quanto é, pai”. Não tínhamos nem de longe o valor da mensalidade.

Em 2003, multiplicavam-se as universidades particulares em Belém, e meu pai resolveu vender um terreno que lhe cabia de herança na Ilha do

Marajó. Chegando em casa, ele me disse: “Meu filho, vai te arrumar! Vou te matricular em uma faculdade”. Eu hesitei, mas ele estava decidido: “Não tem mais, nem menos. Te arruma, humbora logo!”. Cursei seis meses do curso de direito, mas depois fui barrado na portaria por falta de pagamento. Em 2004, meu pai conseguiu mais um dinheiro, que eu insisti que deveria continuar sendo destinado à construção da casa de alvenaria que havia sido planejada, mas meu pai não discutiu e pagou mais uma parte do curso. Passados mais seis meses, lá estava eu sendo novamente barrado na portaria, o que se repetiu no ano seguinte.

Foi nesse ano de 2005 que apareceu uma solução. Um dos meus tios, que eu e meus irmãos chamávamos de modo zombeteiro de “tio rico” – porque ele tinha um carro, um fusca velho que só pegava aos empurrões –, chegou em nossa casa e falou rindo: “E aí, Anderson? Já tá formado em vestibular, né?”. Me deu uma vontade grande de responder, mas minha mãe me olhou e eu entendi que era para eu ficar calado. Apesar de tudo, meu tio sugeriu uma boa alternativa para o meu martírio: “Anderson, por que tu não faz o ProUni? É, faz uma prova e parece que com a nota da prova tu podes escolher uma universidade particular e estudar de graça”<sup>2</sup>. Procurei mais informações para saber do que se tratava: fui à casa de uma vizinha que tinha computador e telefone com internet discada – ela era a outra “rica” da rua. Entrei na plataforma e fiz a minha inscrição para prestar a prova.

Feita a prova, recebi a nota pelo correio. Com a nota obtida era possível escolher uma boa faculdade particular, mas não atingi a nota de corte para o curso de direito. Meu desespero à essa altura era tanto que escolhi o primeiro curso para o qual minha nota daria condições de pleitear uma vaga. Assim foi que, no dia 21 de junho de 2006, um carteiro bate à porta da casa dos meus pais. Minha mãe grita: “Anderson! Meu filho! Chegou uma carta de Brasília, tá escrito Ministério da Educação. Toma, abre logo!”. Abri a carta, que guardo até hoje, e nela estava escrito:

*O Ministério da Educação tem a satisfação de informar que você foi pré-selecionado para uma bolsa de estudos do Programa Universidades para Todos – ProUni, referente ao processo seletivo do 2º semestre de 2006, na seguinte opção de inscrição: Curso: Administração-Marketing; Habilitação: Vespertino; Tipo de Bolsa: Integral; Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa), Bairro Nazaré.*

Pensei na hora: “Bairro Nazaré? O bairro mais caro e rico de Belém?”.

Até hoje lembro do grito de felicidade da minha mãe e as lágrimas do meu pai caindo no meu peito ao me abraçar. Falei para os dois: “Calma, gente! Calma! Aqui tá escrito pré-selecionado, agora tenho que ir na faculdade para ver como

**2** O Programa Universidade para Todos (ProUni) concede bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições de Ensino Superior privadas, tendo sido criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. É dirigido aos estudantes egressos do Ensino Médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

é que vai ser esse negócio”. No dia seguinte fui à faculdade, e já na portaria começou a burocracia para eu entrar. Quando cumprimentei o segurança, ele me olhou e só respondeu seco: “Diz aí?”. Prossegui: “É que eu fui selecionado no ProUni...”, ao que ele interrompeu: “Prouquê? Não sei! Tô sabendo nada disso, não”. Foi quando eu lhe estendi a carta explicando: “É porque chegou essa carta na minha casa dizendo pra eu vir aqui”. Ele pegou a carta, leu, falou com alguém pelo telefone da portaria e depois disse: “Pode entrar, segue reto e no final do corredor tem uma sala escrito na porta: ProUni”.

Entrei na faculdade e segui para a sala indicada, dando boa tarde a uma moça muito elegante e educada, reparando que em sua mesa havia um identificador escrito “assistente social”. Ao contrário do segurança, ela me cumprimentou de volta e perguntou meu nome, e diante da resposta me disse: “Assim! Anderson, estávamos esperando você. Bom, é o seguinte: vou te fazer umas perguntas e no final você preenche alguns dados, está bom?”. Não me recordo de todas as perguntas, mas lembro exatamente que no total eram 162 que passavam por: “onde você mora?”; “quantas pessoas têm na sua casa?”; “quantas aparelhos de televisão têm na sua casa?”; “tem água encanada?”; “casa de madeira ou tijolo?” etc.

Mas a pergunta mais importante para o tema aqui em questão foi justamente “qual a cor da sua pele?”. A assistente me olhou, olhou meu cabelo – na época era bem curto –, pegou o questionário e falou hesitando um pouco: “É, acho que tua cor deve ser pardo... Bom, aqui tem negro ou pardo, vou marcar pardo, mas eu diria que tu és moreno jambo”. Eu só respondi: “Tá bom”. No final do questionário, ela me entregou uma lista que informava quais os outros documentos que eu deviria reunir em até três dias para finalizar a matrícula, e falou também que talvez eu pudesse receber uma visita em casa. De todos os documentos exigidos, o que me deu mais trabalho foi conseguir uma declaração de pobreza, que deveria ser emitida pela receita federal, que constatasse que meu pai não tinha renda. Não conseguimos esse documento, mas a lista informava que em seu lugar poderia constar uma renda comprovada de até dois salários mínimos, o que foi possível com documentos fornecidos com ajuda da minha avó, que é pensionista. Consegui assim realizar a matrícula e garantir a bolsa integral.

As aulas começaram em setembro do mesmo ano. Como de costume, no primeiro dia de aula aconteceu uma tradicional rodada de apresentações. Na sala havia cerca de 30 alunos, todos brancos pela minha classificação. Cada um justificava o porquê de estar ali: a maioria porque ia herdar empresa do pai ou trabalhar na empresa do tio; um porque tinha viajado para os Estados Unidos e veio com ideias para abrir o próprio negócio. Ia chegando a minha vez e eu ainda não sabia ao certo o que iria dizer. Com todos me olhando, comecei dizendo: “Eu

sou o Anderson, moro na Marambaia...” e vi os olhos dos outros se arregalando e, de repente, lá do fundo da sala, ouvi uma voz dizendo baixinho: “Me rouba!”, fazendo referência ao bairro em que eu moro, onde supostamente haveria só assaltantes. Terminei então dizendo que eu estava ali simplesmente pela oportunidade de cursar uma faculdade.

Os cinco primeiros meses foram os mais sofridos. Ninguém, mas ninguém mesmo, falava comigo, eu não conseguia socializar com nenhuma outra pessoa. Contudo, no início do ano seguinte, entrou no curso uma aluna transferida da Bahia, negra e de classe bem alta mesmo. Ela tinha uma postura poderosa e uma voz forte, foi a primeira pessoa que falou comigo, nos tornamos amigos (como continuamos a ser até hoje) e então começamos a estudar e a fazer trabalhos juntos. Aqui surge um detalhe importante: a exigência com as notas dos alunos do ProUni era maior que de costume, sendo preciso ter nota mínima 8,0 para mantermos a bolsa, enquanto os demais alunos só miravam o 7,0 para a aprovação. Eu tinha a maior preocupação com as provas e sempre fazia tudo no prazo, mas mesmo assim não estava sendo considerado para um prêmio em dinheiro concedido para os melhores alunos no final de cada graduação baseado na média geral das notas: parecia que por eu ser “aluno do ProUni” – como sempre me chamavam – eu não era aluno da instituição, mas seria muito gritante me impedirem de concorrer à premiação. Assim, no dia da solenidade, orgulhosamente minha mãe e eu fomos receber o prêmio que me foi enfim concedido.

Prossigo agora a um grande salto nesta breve autobiografia ou testemunho. Em 2010 fui parar em Santarém, região Oeste do Pará. Num primeiro momento fui a passeio, mas a convite do meu namorado resolvi ficar mais tempo. No entanto, decidi que eu tinha que ter mais um motivo além do relacionamento para me estabelecer lá, e o encontrei quando resolvi fazer uma nova graduação, dessa vez em Antropologia e na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Depois de quase um ano no curso, candidatei-me a uma bolsa no projeto de extensão “Mapeamento das casas/terreiros de religião de matriz afro-brasileira na cidade de Santarém/PA”, coordenado pela professora Carla Ramos. Além dos meus pais e do meu companheiro, Carla foi uma pessoa fundamental que me motivou a escolher o Museu Nacional como opção para cursar o mestrado pelo acesso das ações afirmativas. De minha participação nesse projeto resultou meu trabalho de conclusão de curso sobre a umbanda, especificadamente sobre as materialidades sagradas nessa religião. Foram inúmeros trabalhos desenvolvidos nessa pesquisa, observando e vivenciando as realidades dos religiosos, incluindo também todos os preconceitos sofridos por eles.

Antes de seguir na narrativa, não posso deixar de registrar mais algumas

palavras sobre a professora Carla Ramos. Carla é carioca, mulher preta, ativista, antropóloga e professora, e desenvolveu de forma corajosa o projeto de extensão sobre as manifestações afro-religiosas em Santarém. Durante a graduação, a professora Carla sempre nos estimulava a circular nossos trabalhos em outros espaços, o que nos levava a participar de diversos eventos na nossa área. Num desses casos, a Ufopa lançou um edital que dava oportunidade a alunos de pesquisa e extensão de fazerem um curso de no máximo dois meses em outra universidade. Assim, foi por meio de Carla que vim pela primeira vez ao Rio de Janeiro e que conheci outra pessoa inspiradora para mim, o professor Alain Kaly, preto, senegalês e docente do departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

A professora Carla, sendo amiga de Alain, pediu a ele para ser meu orientador no período que eu ficaria no Rio de Janeiro. Fiquei hospedado na casa de Alain, um apartamento em Santa Teresa que não tinha mais lugar para guardar livros. Um dia, um dos armários que ele tinha num quatinho reservado para acomodar seus livros desabou por já estar muito cheio, e Alain me chamou para comprar um novo. Foi aí que tive minha primeira experiência do que é ser negro nessa cidade.

Na loja em que fomos comprar o armário, fomos interpelados pelo segurança antes mesmo de qualquer vendedor. Alain disse que queria comprar um armário de ferro para guardar livros; o segurança nos olhou e chamou o vendedor, que nos acompanhou mostrando diferentes opções. Quando Alain indicou a estante que tinha escolhido, a primeira reação do vendedor foi dizer: “Esse é mais caro, senhor”. Alain confirmou que era aquele mesmo que queria, mas o vendedor não se deu por satisfeito, indagando como seria a forma de pagamento. Alain respondeu de modo curto que pagaria à vista. Saímos de lá com dois volumes consideráveis. Em frente à loja, tentamos por várias vezes pegar um táxi, mas nenhum parou para nós. Na verdade, um deles parou para pegar um casal de brancos que havia saído da mesma loja em que estivéramos. Sugeri ao professor que seria possível levarmos os fardos a pé mesmo, e assim fizemos. Subimos as ladeiras íngremes de Santa Teresa sem trocar uma palavra, e quando voltamos ao apartamento ele me ofereceu uma cerveja. Sentamos um diante do outro, e a bebida parecia que não descia pela garganta. O silêncio foi rompido quando Alain falou simplesmente: “É foda ser preto no Rio”.

Em 2014, ano em que terminei a graduação em Antropologia, enquanto elaborava meu trabalho de conclusão de curso, a professora Carla sugeriu para os alunos que faziam parte do seu projeto de pesquisa olharem o edital de seleção para o mestrado em Antropologia Social no Museu Nacional. Ao ler o documento, sem muita empolgação, pensei comigo mesmo: “A Carla

deve estar louca, como é que eu vou entrar nessa casa?”. Eu ouvia os mitos sobre a instituição, sobre os melhores trabalhos, alunos, as grandes etnografias... Enfim, era o palácio real. De todo modo, desse conjunto de alunos, três prestamos a seleção e chegamos ao mestrado, eu e Telma Bemerguy, no Museu Nacional, e a Beatriz Moura, que não foi aprovada conosco, mas ingressou na UnB.

Candidatei-me pela opção que dizia o seguinte:

*Concorrerei ao adicional de vagas da Política de Acesso Afirmativo ao PPGAS/MN/UFRJ destinado a candidatos negros, declarando-me negro, e de acordo com o parágrafo 1.5. do edital de 2014, os candidatos não-optantes e optantes auto-identificados como negros obedecerão a todas as regras e passarão por todas as etapas estabelecidas por este edital. Candidatos optantes indígenas serão selecionados primeiramente pela avaliação de um dossiê. No entanto, enquanto para os candidatos não-optantes a nota de corte em todas as etapas do processo seletivo será 7,0, para os candidatos optantes auto-identificados como negros a nota de corte em todas as etapas do processo seletivo será 5,0.*

As etapas do processo foram longas, e para nós, alunos do Norte do Brasil, moradores do Oeste do estado do Pará, foi uma aposta bem cara. Primeiro, foi preciso conseguir as passagens para sair de Santarém, e lembro que compramos os bilhetes acreditando que poderíamos eventualmente participar de todas as demais fases do processo de uma só vez. Depois, nos mobilizamos para conseguir uma estadia no Rio de Janeiro, já que pagar para ficar durante mais de um mês na cidade estava fora de questão para nós. Um dos professores da nossa graduação, Ulisses Maciel, muito gentilmente nos emprestou um apartamento. Obtidas as passagens e o local para dormir, ficava a questão do dinheiro para a alimentação, o que nos levou a circular o velho e funcional “livro de ouro”: passamos por todos os professores que conhecíamos na universidade para pedir doações, e graças a tudo isso chegamos ao Rio de Janeiro.

Quando saiu o resultado da prova escrita e fomos ver a lista dos aprovados, de primeiro eu não enxerguei meu nome – e minha mãe estava longe demais para poder me dizer “todo ano tem meu, filho”. Minha amiga Telma gritava: “Tá aí amigo, olha!”, mas eu continuava sem ver. Telma pegou meu dedo e colocou na tela do computador indicando meu nome. Naquele instante, ao ver meu nome entre os aprovados, senti meu corpo sendo transportado para os anos que descrevi de modo breve no início deste texto. Vi meu pai e todo seu esforço para me colocar na universidade, minha mãe cheia de carinho sempre procurando as palavras para me consolar, meus irmãos, que comigo também compartilham das mesmas experiências; os terreiros que abriram as portas para compartilhar



conosco suas vivências... Eu percebi enfim que não tinha sido só eu que estava sendo aprovado, mas todo um conjunto de pessoas que em mim enxergavam uma possibilidade de também, de alguma forma, se realizarem. Como mencionei anteriormente, se falar das políticas das ações afirmativas é um assunto que dói, ao mesmo tempo é um tema que também fortalece, justamente porque, com essa política, não se trata apenas de garantir a entrada de algumas pessoas, mas de contemplar milhares de sonhos, esperanças e possibilidades de mudanças que uma corrente de pessoas deposita em cada uma das pessoas que assim ingressam no Ensino Superior.

Apesar de ter sido aprovado nas primeiras etapas da seleção, ainda faltavam as provas de línguas: inglês e francês, e eu jamais tivera aulas formais de nenhuma delas. Apesar dos esforços de minhas amigas, que fizeram comigo sessões de estudo intensivas nas duas semanas que antecederam as provas, não fui aprovado na primeira das três tentativas. Eu tinha de voltar no mês seguinte para fazer novamente as provas. Fui a Santarém decidido que não voltaria mais para o Rio de Janeiro, que aquele papo de mestrado não era para mim e quase enlouqueci meu companheiro com minhas crises. Apesar disso, voltei para fazer novamente a prova e tampouco fui aprovado. Na terceira e última chance, meses depois, seria tudo ou nada. Mas aí apelei para a macumba e passei!

Como a bolsa de mestrado ainda não tinha saído, eu estava sem lugar para ficar no Rio de Janeiro, mas consegui abrigo na casa de outra professora que tive na graduação, Angela Garcia, que também é do estado do Rio de Janeiro. Ela me ofereceu ficar em um quarto em sua casa na cidade vizinha de São Gonçalo. Pouco tempo depois, numa breve passagem pelo Rio, Angela me falou que tinha encontrado um apartamento em um bairro próximo do Museu Nacional, com um aluguel em conta. Ela me emprestou o dinheiro necessário para pagar o primeiro mês para que eu tivesse tempo de encontrar outra pessoa com quem dividir a moradia para o custo ficar mais aceitável, e a possibilidade de ir caminhando para o Museu também ajudou a conseguir arcar com o custo de vida bastante alto do Rio de Janeiro.

Apesar do esforço de não produzir aqui um relato de “*vitimizado*”, é impossível deixar de falar daquela que é de fato a parte mais dolorosa de ser negro ocupando espaços que antes sempre foram unanimemente ocupados por brancos: a experiência de sofrer o racismo. Para um exemplo: na portaria do setor interno do Museu Nacional só ocasionalmente são solicitados crachás para entrada. Passados os primeiros meses de idas e vindas pelo local, todos já estando visivelmente familiarizados com a turma nova, por várias vezes eu já tinha entrado com amigos brancos do curso sem que lhes fosse solicitado apresentarem seu crachá. Certo dia, quando estava sozinho, passei rapidamente pela portaria,

pouco tempo antes de começar a aula, mas meu cumprimento ao porteiro foi cortado com um questionamento seco sobre o local para onde eu estava indo. Precisei tirar o crachá da mochila para entrar. Num primeiro momento, não pensei muito sobre o assunto, imaginando se tratar só do funcionário exercendo seu trabalho. No entanto, passei a reparar e vi que isso voltava a acontecer sempre que eu não estava junto de meus colegas de turma. Depois disso, passei a mostrar meu crachá antes mesmo de pedido, para a estátua do D. Pedro e quem mais precisasse vê-lo.

Essa mesma estátua foi testemunha de uma situação bem mais grave, que eu nunca havia mencionado a ninguém: não queria preocupar meu companheiro e muito menos meus pais. Num dia pela manhã, eu ia ao Museu apressado, faltando dez minutos para o início da aula, quando entrei na Quinta da Boa Vista correndo. Nesse maldito instante, passou um carro da polícia, que veio atrás de mim. O policial em seu interior me abordou já indagando: “Pra que essa pressa, moleque?”. Pouco adiantou eu dizer que estava atrasado para assistir à aula, já que o policial não acreditou que no Museu se realizavam atividades letivas. Uma vendedora de pipoca que assistia à abordagem veio em minha defesa, garantindo que vários alunos universitários tinham aulas no local. Ainda não satisfeito, ele pediu meus documentos, mas minha carteira de identidade não serviu para nada na ocasião: só quando ele leu no meu crachá que eu era aluno de mestrado no Museu Nacional é que fui liberado. Foram os dez minutos mais eternos que passei.

Cheguei a tempo para a aula de Teoria Antropológica, ministrada pelo professor Marcio Goldman, e coincidentemente nesse mesmo dia, ao fim da aula, ele me pergunta se eu aceitaria participar do evento sobre as ações afirmativas para o qual esse texto foi preparado. Posteriormente, já em casa e me recuperando do susto pelo qual tinha passado, comecei a pesquisar sobre o que já havia sido escrito sobre as políticas de ações afirmativas no Brasil e suas implicações. Confesso que, ao terminar, fiquei mais assustado com os argumentos das pessoas que são contra as cotas que com a abordagem policial da qual eu tinha sido alvo em frente ao Museu. Argumentos que colocavam as ações afirmativas no Ensino Superior como o germe da segregação, como forma de alunos preguiçosos ingressarem na universidade, como falta de merecimento ou mesmo como uma forma de ampliação do racismo me pareceram completamente absurdos. Não há necessidade de aprofundar esses pontos, já que os demais textos deste dossiê tratam disso, e o artigo de Marcio Goldman e Gabriel Banaggia mostra o quanto a questão é mais profunda que os frágeis argumentos dos “analfabetos” em políticas de ações afirmativas mostram.

Costaria de concluir lembrando as letras de duas canções de mulheres negras que desde sempre me inspiraram com suas experiências de luta e de

resistência. A primeira música chama-se “São Jorge”, interpretada por Juçara Marçal, e diz:

*Guerreiro é no lombo do meu cavalo  
Bala vem mas eu não caio, armadura é proteção  
Avanço, sobre a noite iluminado, luto sem pestanejar  
Derrubo sem me esforçar, a guarnição  
A guimba e a fumaça do meu cigarro  
Cega o olho do soldado que pensou em me ferir  
Com um sorriso, derrubo uma tropa inteira  
Mesmo que na dianteira a sombra venha me seguir  
O gole da cachaça esguicho no ar  
Chorando na labuta ouço a corrente se quebrar  
E o golpe do destino, esse eu sinto mas não caio  
Guerreiro é no lombo do meu cavalo*

A segunda se chama “Sorriso negro”, lindamente cantada por Dona Ivone Lara:

*Um sorriso negro, um abraço negro  
Traz felicidade  
Negro sem emprego, fica sem sossego  
Negro é a raiz da liberdade  
Negro é uma cor de respeito  
Negro é inspiração  
Negro é silêncio, é luto  
Negro é a solidão  
Negro que já foi escravo  
Negro é a voz da verdade  
Negro é destino, é amor*

---

**Anderson Lucas da Costa Pereira** é optante negro, Mestre e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Museu Nacional/UFRJ).

---

## Black, Gay and from the North: Affirmative Action in the Flesh

---

### ABSTRACT

Starting from an invitation to speak from a student's point of view regarding the affirmative action policy for entry into one of the most important postgraduate programs in the country, I offer a reflection on the causes that make this policy a necessity: racism and its many and dissimulated variants in a country only constitutionally democratic and egalitarian. To that end, I present several situations from my personal life since before my undergraduate studies up to the present, articulating these experiences with some of the main arguments for and against the postgraduate access policies that are beginning to be implemented in Brazil.

---

### KEYWORDS

Affirmative action, Racism, Postgraduate education, Afro-Brazilian groups, Social anthropology.

Recebido em 30.10.2016. Aceito em 16.03.2017.